

**DEZ ANOS DE APRENDIZAGEM NUM TERRITÓRIO:
O CASO DO CONCELHO DO ALANDROAL (PORTUGAL)ⁱ
(TEMÁTICA: EDUCACIÓN Y TERRITORIO)**

Bravo Nico

Universidade de Évora
jbn@uevora.pt

Lurdes Pratas Nico

Direcção Regional de Educação do Alentejo
lurdes.nico@drealentejo.pt

Antónia Vieira Tobias

Universidade de Évora
antonia.tobi@gmail.com

Luísa Carvalho

Instituto Superior Politécnico de Portalegre
luisacarvalho80@gmail.com

Florbela Valadas

Câmara Municipal do Alandroal
valadasbel@gmail.com

Introdução

Teve início em Novembro de 2007, um dos maiores projectos de investigação em Ciências da Educação, actualmente em curso na região Alentejo (Portugal). O projecto denominado “*Arqueologia das Aprendizagens no Concelho do Alandroal*”, assume, como grande finalidade, a realização da identificação e caracterização do universo de oportunidades de aprendizagens disponíveis e concretizadas num determinado território (Concelho do Alandroal), durante uma década (1997-2007). Envolvendo a Universidade de Évora, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, a Associação de Desenvolvimento Comunitário SUÃO, o jornal regional Diário do SUL e a Câmara Municipal do Alandroal, a presente pesquisa é financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal.

Na presente comunicação, apresentar-se-ão os resultados já disponíveis, que permitem ter uma primeira percepção do potencial educativo institucional do território em estudo.

Nos últimos dois anos, um conjunto de investigadores tem construído um conjunto de instrumentos de recolha de informação, que tem vindo a aplicar em cada uma das freguesias do município.

As conclusões deste trabalho podem ser uma preciosa contribuição para os conhecimento e compreensão dos percursos de aprendizagem protagonizados pelos indivíduos e a respectiva relação com as diferentes modalidades de aprendizagem disponíveis num determinado território. De facto, como refere Rothes (2002), o sistema educativo de um determinado território não pode ser reduzido ao conjunto das instituições escolares e de educação formal, pois a aprendizagem não se limita a alguns espaços institucionais, nem se circunscreve ao universo escolar. Esta realidade releva também a importância, para a qualificação da população adulta, do conjunto de actividades de educação presentes na vida quotidiana (em ambientes sociais, profissionais e conviviais).

ⁱ Comunicação elaborada no âmbito do Projecto de Investigação “*Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal*”, promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CED/81388/2006).

O que se terá passado no Alandroal, na última década. É esta a questão a que respondemos, parcialmente, neste momento.

A Aprendizagem e o Território: o caso do Alentejo (Portugal)

Se considerarmos o que todo *“o acto educativo está imerso num determinado contexto, que é a síntese de factores como o tempo, o espaço, a história, as experiências, os projectos e as circunstâncias naturais em que se desenvolvem os agentes da prática educativa”* (Gómez, Freitas & Callejas, 2007:177), o estudo e a consideração do potencial educativo dos territórios é, na actualidade, uma das preocupações fundamentais no desenho e concretização de políticas locais promotoras de um modelo de desenvolvimento humano, cultural, económico e social assente numa matriz de sustentabilidade e de estreitamento do trabalho cooperativo, alicerçado em parcerias sinérgicas e potenciadoras dos recursos endógenos.

Mais do que em qualquer outra circunstância territorial, na região Alentejo, qualquer exercício de reflexão em torno das redes de aprendizagem ao longo da vida deverá assentar num pensamento global, integrado e coerente. Um pensamento que, promovendo as potencialidades existentes e diminuindo as dificuldades evidentes, assuma a rede de qualificação territorial como *“um fundamental instrumento político para aumentar a capacidade do território em atrair e fixar pessoas e empresas, incrementar a capacidade geradora de riqueza e, em consequência potenciar as melhores condições para garantir uma verdadeira coesão social que garanta efectivas condições de igualdade de oportunidades na realização pessoal, familiar e profissional de cada cidadão”* (Nico, 2008:10).

O conjunto de instituições marcadamente promotoras de aprendizagens de natureza não formal, assume um maior protagonismo na formação dos indivíduos, nos territórios portugueses de cariz marcadamente rural, devido à escassez de espaços formais de aprendizagem, a um forte espírito associativo e de participação cívica e social ainda existente no seio das pequenas comunidades locais portuguesas e concretizado na existência de um universo considerável de instituições oriundas da sociedade civil. Até, porque, como nos refere Arroiteia *et al* (2000:157), *“a designação de mapa educativo contempla a existência de outros espaços educativos, que não só a escola, facto que não deve deixar de ser encarado, na actualidade.”*

A realidade educativa portuguesa, particularmente no território alentejano, revela-nos a presença concomitante de diversas redes de aprendizagem, que se sobrepõem e, frequentemente, se conflituam, numa relação autofágica, sem qualquer sentido estratégico nem benefício prático para o território e para as populações que nele habitam.

De facto assistimos, na actualidade, no Alentejo, à presença de, no mínimo, seis redes de aprendizagem (Nico, 2008):

- a) **a rede formal de educação**, que depende do Ministério da Educação e se concretiza através de milhares de estabelecimentos de ensino – públicos, privados e cooperativos – que asseguram, em condições muitas vezes desiguais, o acesso da população à educação pré-escolar, aos ensinamentos básico e secundário e, mais recentemente, às ofertas destinadas a uma população adulta. Todo este universo de instituições, apesar de se relacionarem, hierárquica e verticalmente, com as respectivas estruturas centrais e regionais que as tutelam, revelam com alguma frequência, uma evidente dificuldade de diálogo horizontal, com as suas congéneres que operam na mesma circunstância territorial e social. Tal facto diminui a capacidade de o sistema formal de educação oferecer um conjunto de oportunidades educativas mais racional e coerente e, dessa forma, torna mais difícil o desenho articulado de uma rede territorial que contemple, integradamente, todos ambientes de aprendizagens existentes;

- b) **a rede formal de formação**, que, dependendo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, se materializa através de um sistema dotado de relativa autonomia de funcionamento e se concretiza através de dezenas de Centros de Formação que disponibilizam percursos de aprendizagem para jovens e adultos. Em algumas realidades territoriais, ainda é evidente a sobreposição desta oferta formativa com a que é disponibilizada pelas escolas oficiais, facto que multiplica investimentos em infra-estruturas, adiciona custos de funcionamento e promove, paradoxalmente, uma competição por um público-alvo que é escasso, atendendo à depressão demográfica com que o interior se vê confrontado;
- c) **a rede formal de ensino superior**, sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que se operacionaliza através de dezenas de estabelecimentos de ensino superior – universitários e politécnicos, públicos e privados – que asseguram uma ampla oferta curricular. O regime de autonomia de que o ensino superior goza, no contexto jurídico português, tem impedido, quase sempre, qualquer diálogo entre as instituições. Se, num passado ainda próximo, a geração do acesso ao ensino superior possibilitou a viabilidade de toda a oferta formativa, actualmente as circunstâncias alteraram-se dramaticamente, em consequência da variável demográfica e da, intensa e desigual, competição entre as instituições que se localizam no interior – mais recentes e, por isso mesmo ainda em período de consolidação dos seus projectos e dos seus relacionamentos com os territórios de acolhimentos – e aqueles que operam nas grandes zonas metropolitanas e no litoral – mais antigas, com maior sedimentação institucional e territorial, com uma maior capacidade de atrair os seus estudantes e localizadas em territórios com demografia mais favorável. Esta nova realidade determina, mais do que nunca, a necessidade de uma articulação mais séria e partilhada entre as instituições de ensino superior do interior do país, não com o objectivo de reforçar uma circunscrição fragilizante ao território que as acolhe, mas para a potenciação de todos os seus recursos físicos, técnicos e humanos, no sentido de as fazer ombrear com as suas congéneres nacionais e internacionais;
- d) **uma rede formal de qualificação** promovida por dezenas de instituições privadas – instituições particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, fundações, entre outras – que proporcionam um alargado espectro de oportunidades de formação, quase sempre de cariz profissionalizante. Na realidade, desde a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (actual União Europeia) e do conseqüente acesso aos quadros comunitários de apoio – particularmente aos programas de desenvolvimento do mundo rural -, verificou-se uma autêntica revivificação do movimento associativo local, através do aparecimento de centenas de associações de desenvolvimento local, através do aparecimento de centenas de associações de desenvolvimento local. Estas instituições, geradas na sociedade civil, acolheram milhares de jovens qualificados – muitas vezes oriundos dos contextos urbanos – que tiveram um papel fundamental na respectiva matriz de funcionamento. De um paradigma voluntário e com pouca formalidade organizativa e de funcionamento, estas associações introduziram um paradigma altamente profissional e organizaram-se, muitas vezes, em torno de projectos de qualificação territorial, institucional e pessoal. Em muitos territórios (concelhos e freguesias), a actividade educativa e formativa destas instituições tem, ainda hoje, uma importância quase evidente à acção das instituições da rede formal de Educação e Formação, particularmente no que se refere à aprendizagem ao longo da vida;
- e) **uma rede não formal de aprendizagem, resultante da acção de centenas de instituições da sociedade civil** (escolas de música e de teatro, associações juvenis, organizações não governamentais, agrupamentos de escuteiros, grupos religiosos, entre outros) que foram criando e concretizando iniciativas locais que com maior ou menor conteúdo educacional, sempre foram uma oportunidade mais fácil e

mais próxima de acesso a ambientes de aprendizagem marcados por uma forte componente relacional e por uma intensa convivialidade. Em cada freguesia, são várias as instituições desta natureza envolvendo, normalmente, muitas das famílias e das pessoas aí residentes. Quase sempre, estas instituições possuem instalações físicas e recursos técnicos de alguma qualidade e importância no contexto local;

- f) **uma rede não formal de aprendizagem existente no tecido empresarial** do território. Constituída por empresas de pequena dimensão (micro, pequenas e médias empresas), esta realidade, no interior português, é extraordinariamente importante, porque é ela que assegura o exercício de um direito básico: o direito do trabalho. É em torno das condições do exercício a este direito que, muitas vezes, repousarão as mais definitivas decisões acerca da fixação das pessoas e das famílias em determinado território.

Para lá destas seis redes de aprendizagem, existem ainda outras redes locais que, em muitas das dimensões atrás referidas, serão complementares e, por isso mesmo, deverão articular-se com as anteriormente descritas:

- 1) **rede social**, que compreende a totalidade das instituições que desenvolvem actividades de natureza social, no apoio às comunidades, famílias e indivíduos, num determinado território (normalmente de dimensão concelhia);
- 2) **rede cultural** constituída por centenas de instituições que promovem actividade cultural e que, na actualidade, estão dotadas de infraestruturas de qualidade assinalável.

Pensar a educação e a formação, nesta realidade diversa, onde a presença de milhares de instituições que promovem, de forma plural, uma plêiade de ambientes de aprendizagem com as mais diferentes finalidades, os mais diversos meios e dirigidos a todos os possíveis públicos, colocá-los perante uma necessidade evidente: conhecer com alguma objectividade, esta cartografia de aprendizagens. De facto, conhecer esta realidade proporciona-nos um ganho óbvio, Tal vantagem também é identificada por Imaginário (2007:27-28):

“... algo se poderia ganhar se alargássemos o conceito de “instituição com capacidade educativa” a organizações (e instituições) cuja vocação primeira não é a de oferecer educação e formação. Tal alargamento não constitui, aliás, qualquer novidade: decorre, justamente, da ideia de aprendizagem ao longo da vida e conseqüentemente, para a tornar efectiva, da consideração, além das aprendizagens formais (ensino regular realizado em contexto escolar, mas que, como vimos, pode, e deve, compreender articulações com contextos de trabalho), as aprendizagens não formais (no meu entendimento, que sei não recolher unanimidade, as realizadas fora do ensino regular, mas que ainda assim podem ser, e muitas vezes são, intencionais e sistemáticas) e as aprendizagens informais (que carecem dessa intencionalidade).”

Esta cartografia das aprendizagens consiste, pois, em conhecer, em cada contexto territorial, toda a realidade, identificando todos os ambientes de aprendizagem, todas as infra-estruturas existentes, todos os percursos disponíveis e todos os circuitos de aprendizagem concretizados pelos indivíduos, no quotidiano das suas vidas, na concretização dos seus projectos familiares e profissionais e no âmbito das suas actividades cívicas e sociais. Conhecer este mapa é uma condição indispensável para se iniciar um pensamento estruturado, integrado e coerente acerca da educação e da formação num determinado território. Só conhecendo, na plenitude a totalidade dos ambientes de

aprendizagem de um determinado contexto territorial – com particular destaque no interior português, poderemos desenhar uma rede de aprendizagem global, assente em todos os recursos existentes, construída com pilares de cooperação institucional e pessoal e gerida com o rigor e a responsabilidade que as sistemáticas dificuldades financeiras impõem.

Em Portugal, em geral, e no Alentejo, em particular, com a implementação dos processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), desde o ano 2000, foi possível começar a ter uma percepção mais clara da importância relativa das instituições e contextos locais no conjunto de aprendizagens concretizadas pelos indivíduos adultos, ao longo dos respectivos percursos vitais. Na realidade, ao basear-se numa matriz de abordagem em que as histórias de vida começaram a assumir um papel determinante – pois é através desta abordagem que se constroem os denominados portefólios reflexivos, nos quais se identificam as aprendizagens significativas para a construção/desenvolvimento das competências que, mais tarde, serão objecto de reconhecimento e certificação –, tem vindo a ser possível ter uma noção mais aproximada do que é a verdadeira importância da acção educadora das instituições locais das mais diferentes naturezas: empresas, associações de desenvolvimento, desportivas, de solidariedade, culturais, recreativas, juvenis e de âmbito religioso.

A formação dos indivíduos é, neste contexto, um processo dinâmico que reflectirá, estruturalmente, as oportunidades de aprendizagem, local e territorialmente, existentes. Assim sendo, o conhecimento pormenorizado desta rede local de instituições e contextos promotores de oportunidades de aprendizagem é essencial para a cartografia completa da realidade educativa de um território (Imaginário, 2007:27), para lá de nos proporcionar uma perspectiva sobre o grau de mobilização das comunidades para a prática associativa (Lima & Erasme, 1982:132). Naturalmente, este exercício conceptual assume o pressuposto de que as dimensões geográfica, demográfica, social, económica e social condicionarão a geometria do **mapa das aprendizagens** de cada território e de cada indivíduo. Um mapa *“onde todos os nós da rede se deverão considerar, porque todos eles são, na realidade, coordenadas por onde passam os indivíduos nas suas trajectórias vitais”* (Nico, 2008:14).

O Território do Alandroal

Foi com base nos pressupostos anteriormente referidos que, em 2007, uma equipa de investigação do CIEP (Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora) iniciou o estudo de um determinado território: o concelho do Alandroal. Este território tem uma área de 544,86 km² e uma população adulta (com 18 ou mais anos) de 5582 indivíduos. É constituído por seis freguesias: N^a Senhora da Conceição (1570 indivíduos), Santiago Maior (2172), Terena (757) São Brás dos Matos (353), Capelins (585) e Juromenha (145). Localizado, geograficamente, no interior da região mais despovoada do país (sudeste português), o Alandroal possui baixos níveis sociais e económicos (52,19% da média do PIB/Produto Interno Bruto de Portugal) e indicadores de escolarização frágeis que revelam, por exemplo, uma taxa de analfabetismo de 21% (INE, 2002). Nestas circunstâncias, no concelho do Alandroal, a qualificação dos indivíduos adultos, remeter-nos-á, certamente, para percursos construídos longe dos espaços de aprendizagem de natureza escolar e formal. Foram os contextos não-formais e informais de aprendizagem, disponíveis na malha institucional e relacional das pequenas comunidades locais do território, que se terão assumido, provavelmente, como os espaços mais disponíveis e, por isso mesmo, mais presentes e estruturantes na construção dos projectos educativos dos indivíduos.

Procedimentos Metodológicos do Estudo

Nas circunstâncias descritas, entendeu-se que a trajectória da investigação que, em 2007, iniciámos, teria que passar, obrigatoriamente, pelo recenseamento de todas as instituições em actividade no território do concelho do Alandroal, independentemente da

respectiva área de actividade. Para tal, assumimos, como *instituição*, toda a *entidade*, juridicamente existente e fiscalmente activa. Como *aprendizagem institucional*, foi considerada toda a oportunidade de aprendizagem identificada (em qualquer contexto) que revelasse um mínimo de intencionalidade e estruturação e que tivesse resultado da acção das instituições inquiridas, no período em estudo (1997-2007). Para garantir adequadas condições de concretização da pesquisa, foram estabelecidos protocolos com as autarquias locais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), a Direcção Regional de Educação do Alentejo, a Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Agrupamento de Escolas do Alandroal.

Desde o início de concretização do projecto, a Câmara Municipal do Alandroal disponibilizou, à equipa de pesquisa, um gabinete, nas suas instalações físicas, e uma funcionária, a tempo inteiro, com formação académica adequada aos objectivos do projecto.

Entre Janeiro de 2008 e a actualidade, uma equipa de investigadores tem estado no terreno a concretizar o procedimento metodológico da pesquisa, de acordo com as seguintes fases:

- 1.^a Fase (Janeiro/2008-Junho/2009): Aplicação dos *Questionários das Aprendizagens Institucionais I e II (QAI I e QAI II)* a 286 instituições que se disponibilizaram a participar, de um universo de 328 instituições identificadas no território. Esta primeira fase destinou-se a identificar e caracterizar os universos de instituições existentes no território e de aprendizagens por elas organizadas e disponibilizadas;
- 2.^a Fase (em curso): Aplicação do *Questionário das Aprendizagens Pessoais (QAP)* a uma amostra semi-estratificada de 1084 pessoas recenseadas nas freguesias do território em estudo. Esta segunda fase destina-se a identificar e caracterizar o universo de aprendizagens concretizadas pela população adulta residente no território (concelho do Alandroal) durante uma década (1997-2007).

Os resultados disponíveis: as Aprendizagens Institucionais

Da aplicação e posterior análise da informação recolhida pelos QAI I e II, em todo o território do concelho do Alandroal, é possível, à data desta comunicação, apresentar os seguintes dados, já disponíveis relativos às instituições inquiridas:

i) Foram identificadas 328 instituições e inquiridas 286, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 86,2%, de acordo com a distribuição indicada na Tabela 1:

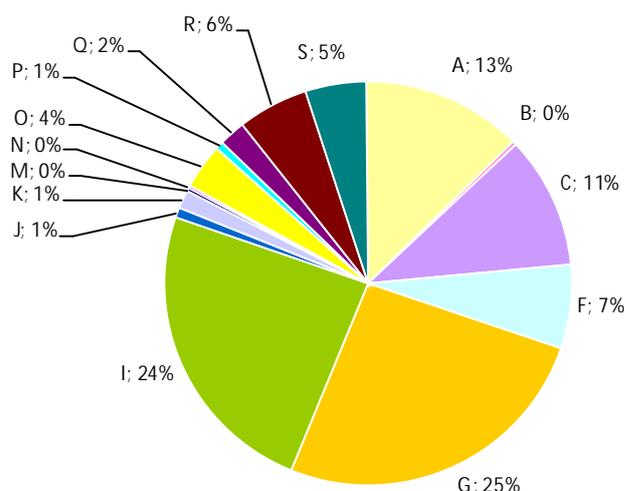
Tabela 1 – Número de instituições no concelho do Alandroal (por freguesia)

Freguesia	Instituições Identificadas	Instituições Inquiridas	
		Frequências Absolutas (n)	Frequências Relativas (%)
N. Senhora da Conceição	119	101	84,5
Santiago Maior	101	89	85,1
Terena	45	40	88,9
São Brás dos Matos	32	28	87,5
Capelins	18	16	88,9
Juromenha	13	12	92,3

Total	328	286	88,1
--------------	------------	------------	-------------

- ii) De acordo com os grupos de actividade económica, atendendo à Classificação Portuguesa de Actividades Económicasⁱⁱ, a actividade mais representada, no território em estudo, são: i) o comércio a grosso e a retalho (25,5%); ii) o alojamento, restauração e similares (24%); iii) a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (12,6%). O Gráfico 1 mostra esta distribuição, de forma mais completa.

Gráfico 1: Instituições, por área de actividade económica* (%)



- iii) Ao realizar-se a leitura relativa ao número de indivíduos associado a cada área de actividade, verifica-se que o conjunto de actividades recreativas, culturais e desportivas têm uma significativa presença no concelho, pois envolvem, de acordo com dados do QAI II, 3498 pessoas, facto que evidencia uma forte dinâmica social e cívica da população;
- iv) 33,2% das instituições inquiridas revelou possuir Plano Anual de Actividades. Neste grupo, encontram-se, maioritariamente, empresas, associações, Instituições privadas de solidariedade social e de natureza estatutária pública. A maioria das instituições funciona todo o ano (93% dos casos). O pessoal

ⁱⁱ **A.** Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;
B. Industria extractivas;
C. Industrias transformadoras;
F. Construção;
G. Comércio por grosso e a retalho; H - reparação de veículos automóveis e motociclos;
I. Alojamento, restauração e similares;
J. Actividades de Informação e de comunicação;
K. Actividades financeiras e de seguros;
M. Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares;
N. Actividades administrativas e dos serviços de apoio;
O. Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória;
P. Educação;
Q. Actividades de saúde humana e apoio social;
R. Actividades Artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas;
S. Outras actividades e serviços;
s/r. Sem resposta.

que integra as instituições é, na sua maioria, remunerado. 26% das entidades realiza reuniões do órgão executivo (Direcção) e 17,1% promove reuniões do órgão deliberativo (Assembleia-Geral), com alguma regularidade;

- v) Foram identificadas 689 oportunidades de aprendizagens no universo de instituições inquiridas (289), de acordo com a distribuição que se apresenta, em seguida (tabela 2):

Tabela 2 – Número de Aprendizagens no Concelho do Alandroal (por freguesia)

Freguesia	Nº Instituições Inquiridas	Nº oportunidades disponibilizadas	Índice de aprendizagem Institucional
N. Senhora da Conceição	101	257	2,5
Santiago Maior	89	255	3,0
Terena	40	73	1,8
São Brás dos Matos	28	28	1,0
Capelins	16	29	1,8
Juromenha	12	47	3,9
Total	286	689	2,4

- vi) A freguesia de Juromenha, embora seja aquela que menor número de habitantes e de instituições evidencia, revelou-se como o contexto territorial com maior índice de aprendizagem institucional (3,9), considerando-se o número de aprendizagens identificadas relativamente ao número de instituições inquiridas e de indivíduos residente. A freguesia de São Brás dos Matos revelou-se como o contexto territorial com menor índice de aprendizagem institucional (1,0), de acordo com o mesmo critério referido anteriormente;
- vii) 61 Instituições inquiridas (8,9%) não organizaram qualquer actividade que envolvesse aprendizagens, no período em estudo (1997-2007);
- viii) A maior frequência relativa de aprendizagens disponibilizadas pelas instituições do concelho do Alandroal, relacionam-se com actividades de manutenção de Aparelhos Electrónicos, com a Inovação Tecnológica e Maquinaria (20%), eventualmente uma consequência da actividade comercial e das pequenas indústrias existentes, na qual existe uma frequente necessidade de substituir e actualizar equipamentos; Relativamente ao conteúdo das aprendizagens disponibilizadas pelas instituições, apresenta-se a seguinte tabela com a respectiva distribuição:

Tabela 3 – Aprendizagens disponibilizadas pelas instituições (1997-2007)

Cluster de Aprendizagem	Frequências Absoluta (n)	Frequências Relativa (%)
Actividades relacionadas com Aparelhos Electrónicos , Inovação Tecnológica e Maquinaria	138	20,0
Actividades da Saúde e Protecção do Consumidor	126	18,5
Actividades do Comércio e serviços	52	7,5
Actividades relacionadas com o Lazer, Ocupação dos tempos Livres	37	5,4
Actividades da Formação e da Educação	34	4,9
Actividades da Tecnologias da Informação e da Comunicação	34	4,9
Actividades de Gestão	28	4,1
Actividades Agro-Pecuárias	27	3,9
Actividades Administrativas, contabilidade e finanças	49	7,1
Actividades de Ordenamento do Território	19	2,8
Actividade Física e Desportiva	16	2,3
Outras ⁱⁱⁱ	127	18,5
Total	689	100,0

- ix) As actividades relacionadas com a prestação de cuidados de saúde e de protecção do consumidor (18,5%) potenciaram, também, a organização de aprendizagens, por parte das instituições. Uma evidência que talvez traduza o peso significativo das actividades institucionais dirigidas para uma população pouco letrada e pouco jovem;
- x) 63% dos envolvidos nas aprendizagens institucionais foram os próprios proprietários das instituições. As situações de aprendizagem identificadas foram episódicas (em 38,4% dos casos) ou permanentes (31,6%);
- xi) A modernização da própria instituição e a formação do pessoal da instituição são objectivos norteadores de toda a dinâmica institucional, são objectivos apontados em 39,7% dos casos de aprendizagem institucional (ver quadro 4);

ⁱⁱⁱ 37 clusters com um índice inferior a 2% cada.

Quadro 4: Objectivos das Aprendizagens Institucionais no concelho do Alandroal

Objectivos	Aprendizagem	
	Frequências absolutas (n)	Frequências relativas (%)
Mudança de Actividade	11	0,95
Desenvolvimento Local	82	7,06
Promoção da Cultura	61	5,25
Promoção da Informação	103	8,87
Promoção do Apoio Social	24	2,07
Carácter Lúdico/Recreativo	80	6,89
Modernização da Própria Instituição	238	20,5
Formação do Pessoal da Instituição	232	20,0
Formação Profissional	159	13,7
Formação Escolar	13	1,12
Formação Profissional e escolar	20	1,72
Outro	138	11,9

- xii) Verificou-se que são as próprias instituições que tomam a iniciativa das aprendizagens e, na maioria dos casos, as conceptualiza e concretiza. No entanto, há um leque de aprendizagens suscitadas por outras instituições (17,4%), sendo estas que tomam a iniciativa (ver quadro 5).

Quadro 5: Nível de Responsabilidade (existência, conceptualização e concretização) nas actividades potenciadoras das aprendizagens (por tipo de entidade)

Entidade	Nível de Responsabilidade					
	Existência	%	Concepção	%	Concretização	%
Institucional						
Da própria instituição	435	62,1	410	58,6	357	51,0
Outra instituição	122	17,4	211	30,1	228	32,6
Parceria envolvendo a instituição	35	5,0	37	5,3	26	3,7
Dimensão Individual/Pessoal						
Pertencente à própria instituição	414	59,1	356	50,9	134	19,1
Pertencente a outra instituição	-	-	108	15,4	-	-
Dimensão Administrativa e Territorial						
Freguesia	-	-	-	-	47	6,7
Concelho	-	-	-	-	140	20,0
Exterior ao Alandroal	-	-	-	-	312	44,6
Outra.	14	2,0	-	-	-	-

- xiii) As instituições locais investem em aprendizagens viradas para um público-alvo interno. Os participantes destas aprendizagens são, normalmente, os proprietários e os funcionários, em 62,3% e 27,6% dos casos, respectivamente como se apresenta no quadro 6. No entanto, algumas instituições, nomeadamente do associativismo local referem eleger toda a comunidade local como público-alvo das suas iniciativas de aprendizagem;

Quadro 6: Público-alvo das aprendizagens disponíveis no concelho do Alandroal

	N Concelho (=689)	%
Público - Alvo		
Toda a Comunidade Local	88	13,2
Empresa		
Proprietário(s)	429	62,3
Funcionário(s)	189	27,6
Grupo Específico		
Jovens	56	8,27
Adultos em Idade Activa	166	24,1
Idosos	15	2,18
Género		
Masculino	69	10,0
Feminino	42	6,1
Ambos	96	13,9
Famílias	5	0,87

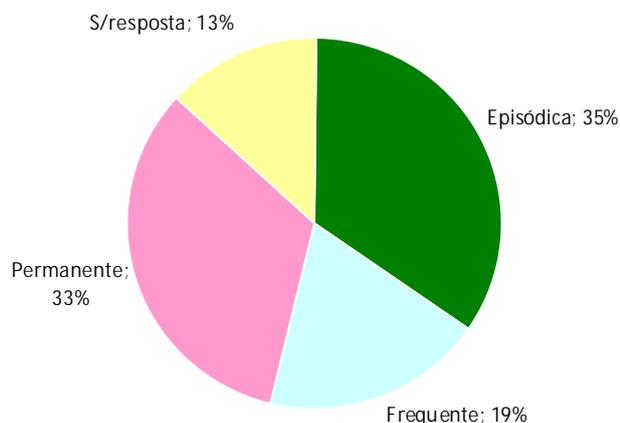
- xiv) Um dado revelador da necessidade de se aprender em contexto real de actividade pode ser a localização geográfica das aprendizagens. A concretização das aprendizagens tem por local de eleição a própria instituição (70% dos casos), porém nos restantes casos também é considerável a taxa de instituições que se desloca a outra freguesia para aprender (31,4%) noutras instituições (ver quadro 7). Algumas aprendizagens ocorrem num local fixo, todavia algumas instituições (7,5%) concretizam a mesma aprendizagem em vários locais. Este acontecimento permite-nos obter 741 episódios de aprendizagem para as 689 aprendizagens identificadas.

Quadro 7: Localização das Aprendizagens Disponíveis, no Concelho

Local da Realização	Frequências Absolutas (n)	Frequências relativas (%)
Na Freguesia	595	80,3
Na própria instituição	519	70,0
Noutro local	76	10,3
Noutra Freguesia	156	21,1
TOTAL	741	100,0

- xv) Normalmente, as aprendizagens têm a duração de um dia (39% dos casos). Porém, também existem situações de aprendizagem com uma duração superior a 14 dias (36,9% dos casos). Verifica-se, por outro lado, em termos de frequência, a preferência pelos extremos: aprendizagens episódicas (35%) e/ou permanentes (33%) - (ver quadro 2).

Gráfico 2: Regularidade das situações de aprendizagem (%)



- xvi) 56,7% dos inquiridos afirmou não ter certificado as aprendizagens que realizou, o que evidencia uma baixa preocupação com a relevância académica dos conhecimentos e competências construídos ou reforçados. Do conjunto de aprendizagens certificadas, 61,4% corresponde a aprendizagens não formais e informais, a que se fazem corresponder, normalmente, certificados de participação e/ou algum tipo de certificação social e comunitária.

Quadro 8: Tipo de certificação emitida no âmbito das aprendizagens concretizadas.

	Tipo de Certificação	Freq. Absoluta	%
Certificação Documental	Formal	115	38,6
	Equivalência académica	17	5,7
	Equivalência profissional	98	32,9
	Não Formal	84	28,2
	Certificado de participação no evento	84	28,2
Certificação Social e Comunitária	Informal	99	33,2
	Contexto laboral	69	23,2
	Círculo de Amigos	10	3,4
	Comunidade local	20	6,7
	Outra	12	4,0
	Total	298	100,0

- xvii) As 689 aprendizagens identificadas no território em estudo apresentam, com frequência, uma matriz não formal e enquadram-se num quadro institucional ou laboral, sendo que 45,7% destas têm participação de frequência obrigatória.

Reflexão Final

No momento em que o actual projecto de investigação se encontra, entendemos que a realidade que já foi possível conhecer, se revelou um interessante objecto de estudo, com evidentes potencialidades de exploração. De facto, o universo de instituições existentes superou, em grande medida, as expectativas iniciais e o conjunto de aprendizagens identificadas está, claramente, para lá do que seria imaginável, num território tão pequeno e com uma demografia tão baixa.

Temos, hoje, a clara percepção de que a análise – ainda em curso – às aprendizagens identificadas nos revelará um universo, ainda pouco conhecido, de contextos não formais e informais de educação, mas decisivo e significativo no processo de qualificação dos indivíduos residentes no concelho do Alandroal.

Atendendo às, já, evidentes diferenças existentes entre as várias freguesias do território, ao nível da taxa de qualificação institucional, é de esperar que as aprendizagens concretizadas pela população residente em cada contexto revelem, conseqüentemente, padrões diversos.

Uma certeza, no entanto, poderá já ser assumida: sendo o território um factor determinante no processo de qualificação dos indivíduos e das instituições, é já evidente e fundamental que, em cada contexto territorial, se proceda a uma adequada cartografia de todas as aprendizagens existentes. Sem este exercício, conceptual e institucionalmente, alargado e rigoroso, não será possível a construção de um verdadeiro mapa educacional, enquanto verdadeiro e participado instrumento de apoio à gestão local e regional da Educação e da Formação.

Referências Bibliográficas

Arroteia, J. *et al.* 2000. *Gafanha da Nazaré: escola e comunidade numa sociedade em mudança*. Lisboa, Portugal, Instituto de Inovação Educacional.

Canário, R. 1996. "Nota de Apresentação". in Natália Alves *et al.* *A escola e o espaço local: políticas e actores*. Lisboa, Portugal, Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional

Ferragolo da Veiga, J. 2005. *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras, Portugal, Celta Editora

Ferreira, F. 2005. *O Local em Educação: animação, gestão e parceria*. Lisboa, Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian.

Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G. 2007. *Educação e Desenvolvimento Comunitário: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto, Portugal, Profedições.

Imaginário, L. 2007. "Aprendizagem ao longo da vida e os desafios do emprego" in *Aprendizagem ao longo da vida no Debate Nacional Sobre educação*. Lisboa, Portugal, CNE. pp:23-30.

Lima, L. & Erasmie, T. 1982. *Inquérito às Associações do Distrito de Braga*. Braga, Portugal, Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.

Nico, B. 2008. "Aprender no Interior português: Vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável". in Bravo Nico (Org.). *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Mangualde, Portugal, Edições Pedagogo. pp:9-19

Roths, L. 2007. Educação e formação de adultos em Portugal: Circunstâncias e desafios. In *Aprendizagem ao Longo da Vida no Debate Nacional sobre a Educação*, Lisboa, Portugal, Conselho Nacional de Educação. pp:75-83.